**Déficit brasileiro**

Há muitos anos, o Brasil vem acumulando dívidas e aumentando cada vez mais os prejuízos do país.
Existem diversas razões pelas quais a situação chegou a um nível tão alarmante, sendo que a maioria delas está associada com a **má administração do dinheiro público**, praticada por políticos e economistas sem preparo ou, simplesmente, mal-intencionados.

**Um problema histórico**

Não é possível dizer com exatidão quando o país começou a gastar mais do que ganhar, mas é sabido que o problema ocorre antes mesmo do século XXI, com erros administrativos de Dom Pedro I somados com diversos pedidos de empréstimo.

Por volta de 1824, a dívida já começava a dar os seus primeiros sinais, quando o Brasil pegou aproximadamente 3 milhões de libras emprestadas para, em tese, cobrir os gastos da época em que era uma colônia. Mais tarde viria a se tornar pública a informação de que o dinheiro foi usado, na verdade, como pagamento à Portugal para que a Independência brasileira fosse aceita. Isso porque a Coroa Portuguesa devia um grande valor à Inglaterra pela colaboração econômica oferecida durante a fuga da Família Real.

Sendo assim, os portugueses aproveitam-se do momento e usufruíram dos cofres brasileiros para quitar suas dívidas.

A partir daí o Brasil fez seu ingresso no vasto mundo das dívidas, de onde nunca mais viria a sair.

Com a crise na bolsa de valores em Nova York no ano de 1929 (conhecida também como Grande Depressão), o Brasil foi um dos países que sofreu as consequências. O café, que era fundamental na economia brasileira, deixou de ser comprado pelos seus principais compradores.

Impulsionada pela grande expansão do crédito, a Grande Depressão afetou não só os Estados Unidos, mas também os outros países capitalistas, que dependiam desse equilíbrio para se sustentarem (a antiga União Soviética, por ser totalmente fechada, não sentiu os impactos da crise, o que serviu para passar uma boa imagem do socialismo).

O maior comprador do café brasileiro era justamente os Estados Unidos, o país da crise.

Para contornar a situação, o governo brasileiro optou por comprar e posteriormente queimar muitas toneladas de café, o objetivo disso era tentar impedir que o produto fosse desvalorizado, já que a oferta seria muito menor.

O plano, surpreendentemente, funcionou, e o preço do café se manteve estável mesmo com a crise.

Getúlio Vargas, o presidente da época, juntamente com grandes cafeicultores, investiu fortemente na infraestrutura de indústrias, com o objetivo de salvar o país dessa terrível decadência. A ousada tentativa de Vargas teve resultados positivos e possibilitou o Brasil a entrar em uma grande fase ascendente, fase essa que passou a ser conhecida como “Milagre Econômico”.

De um país próspero e em desenvolvimento, o Brasil logo se tornou (novamente) um país em crise, e dessa vez, uma crise tão profunda que seria considerada a pior em toda a sua história.

No período do Regime Militar, o presidente Ernesto Geisel, empolgado com a situação em que o Brasil se encontrava, fez diversos empréstimos com os Estados Unidos. O problema é que os EUA aumentaram a taxa de juros, o que tornou a dívida brasileira muito maior, como consequência, a inflação subiu a um nível altíssimo desenfreadamente.

Para piorar, após o Regime Militar, foi eleito para o cargo presidência da república Fernando Collor de Mello, que além de não conseguir cumprir suas promessas de salvar o Brasil, ainda presenteou o país afundando-o em um problema muito maior graças aos seus planos fracassados e crimes cometidos.

Collor sofreu Impeachment e deixou seu cargo em 1992, depois de apenas dois anos no cargo, deixando o Brasil sem nenhum rumo e com uma imagem prejudicada no cenário mundial.

Foi só com o Plano Real, estabelecido durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que o país pareceu começar a se recuperar da crise.

O gráfico em anexo apresenta os níveis que foram alcançados pela inflação, chegando até mesmo a passar dos 25%. Com o plano de FHC em prática, esses valores começaram a despencar já nos primeiros meses, e em 1997 já estavam abaixo da linha dos 5%.

O Plano Real ficou marcado principalmente pelo grande marketing promovido para que fosse aceito, pela privatização de diversas empresas e pela criação da nova moeda brasileira, o Real.

Depois de um grande período de estabilidade financeira, o Brasil enfrentou uma outra gravíssima crise.

No ano de 2014, durante o mandato da presidente Dilma Rousseff o, o país entrou em recessão com uma grande queda na produção industrial, nos salários e também no PIB

(enquanto alguns países têm um crescimento anual de, em média, 2%, o Brasil teve uma queda de 3,8%)

Em 2015 foi anunciado pelo governo uma série de aumento de impostos e diversos setores econômicos. O que foi o suficiente para várias empresas do setor têxtil e plástico se mudarem para um país que parecia lhes proporcionar maior crescimento econômico, o Paraguai.

Com empresas abandonando o país para irem para outros menos desenvolvidos e com os impostos aumentando cada vez mais, a popularidade de Dilma Rousseff despencou.

A presidente já não conseguia articular nem os menores projetos e nem formar alianças. Sendo assim, era como se ela não governasse e nem tivesse mais poder sobre o país. A situação era insustentável.

E é em meio a esse cenário caótico que se inicia o processo do Impeachment de Dilma.

Após muitas manifestações e debates, em agosto de 2016, o Senado aprovou o afastamento da então presidente sob a acusação de crime de responsabilidade fiscal. Dividindo opiniões e gerando debates que são ativos até mesmo nos dias atuais, com um lado alegando que não havia provas contra a ex-presidente, enquanto outro diz que o Impeachment foi justo e necessário.

Sendo corrupta ou não, é perceptível que Dilma Rousseff não estava preparada e nem era a melhor pessoa possível para o cargo.

Para a aprovação de tantas medidas impróprias ao longo da história brasileira os governantes precisavam de alguns recursos que os absolvessem e não deixasse em exposição os seus erros e más intenções. Algo que os fizesse ganhar apoio até mesmo quando estivessem errados. Para a felicidade dos mesmos, isso existe e tem um nome: Populismo.

**Populismo**

Uma medida muito comum utilizada por políticos é o **populismo,** recurso muito famoso e abusado principalmente pelos primeiros presidentes do Brasil república.

O populismo é um recurso que pode ser extremamente perigoso e precisa ser colocado em crise para que a alienação seja diminuída. Esse artifício garante a quem o utiliza um grande conforto e maior liberdade para fazer o que deseja, mesmo que suas ações não sejam boas e nem beneficiem a população. Para passar a ser agraciado é comum que o político diga apenas aquilo que o povo quer ouvir, assim, a parcela das pessoas que não possuem grande estudo ou informação passarão a apoiá-lo fervorosamente e inclusive defende-lo de

qualquer tipo de crítica sem nem mesmo ouvir outros discursos. O objetivo é convencer as pessoas a chegar nesse nível de alienação e dar cada vez menos espaço ao debate.

Como clássico exemplo de representante populista temos Juscelino Kubitschek, ex-presidente que governou o Brasil de 1956 a 1960. JK tinha uma oratória acima da média e conseguia dizer exatamente o que as pessoas queriam e precisavam, convencendo até mesmo os mais céticos.

Na época em que assumiu o poder, o Brasil vivia um mau momento e a população se via longe de encontrar uma salvação. Neste contexto, Juscelino surge como salvador da pátria com seus grandes projetos e ideias, sendo um de seus maiores feitos a criação de Brasília, que muito custou aos cofres públicos, não trouxe nenhum benefício à parte das pessoas que realmente precisavam, e mesmo assim é citado como um grande avanço e um grande marco positivo para a história do Brasil.

Juscelino também aumentou o valor do salário mínimo em um momento em que tal ato não deveria ser feito, medida totalmente populista que transparece aos cidadãos um ar de prosperidade e melhoria econômica, quando na verdade só trouxe um progresso imaginário e tornou a inflação ainda maior.

O Plano de Metas foi um programa revolucionário e muito ambicioso por parte de JK, marcado pelo seu famoso slogan “50 anos em 5”. De fato, o projeto rendeu ao país uma grande industrialização e um melhor enquadramento no cenário mundial, mas foi só essa a parte lembrada pelo povo

A enorme dívida gerada pela irresponsabilidade e mau uso do dinheiro por parte do presidente da época foi esquecida por grande parte das pessoas, além daquelas que nem mesmo tinham conhecimento da existência de uma dívida externa.

Juscelino Kubistchek presenteou o Brasil com um rombo imenso aos cofres públicos e conquistas ilusórias, os resultados disso viriam a aparecer mais fervorosamente alguns anos antes da intervenção militar, quando o país enfrentou uma grave crise econômica.

Da década de 60 em diante o país mostrou que nada aprendeu com experiências anteriores e só criou problemas ainda maiores (inclusive em governos que aparentavam ter colocado o país em ascensão). A verdade é que o PIB (Produto Interno Bruto) e a inflação variaram muito ao decorrer dos anos, e mesmo em períodos que a economia estava de fato em um bom momento, a dívida, ainda que mascarada pelo governo, não deixava de existir e os juros acumulados alcançaram valores estratosféricos.

**A falta de liberdade econômica no Brasil**

No ano de 2015, o economista João Pedro Caleiro classificou o Brasil como o 34º país com maior dívida no mundo, com 128% do PIB, sendo que 65% dessa dívida é provinda do governo, isso só reforça a ideia de que confiar grande parte do dinheiro produzido dentro do país a um estado inflado não dá certo.

Hong Kong é uma Cidade-Estado pertencente à China, e é o lugar com maior liberdade econômica do mundo com pouquíssimos impostos e, não por coincidência, classificado como um dos melhores para se viver, enquanto o Brasil, um dos países com maior potencial para desenvolvimento, grande de presença de matéria prima e boa localização geográfica, vive uma grande crise além de ter um baixíssimo desenvolvimento, e por isso está longe de ser uma potência mundial.

O Estado está muito presente na vida dos brasileiros, isso diminui muito as liberdades e a possibilidade de os cidadãos ascenderem financeiramente.

Abrir uma empresa no Brasil, por exemplo, é uma tarefa extremamente complicada desde o começo graças às infinitas burocracias exigidas. Mantê-la é ainda mais difícil já que o Estado cobra impostos para tudo.

Sendo assim, a vida de um empreendedor no Brasil é muito dura e a grande maioria desiste no caminho por conta dos obstáculos impostos pelo governo, quando na verdade, seu papel deveria ser de incentivar esse tipo de prática.

Empreendedores são benéficos para um país, eles geram empregos e fazem com que o mercado seja movimentado, além de que não existe ninguém melhor que o mercado para julgar o que é ou não um bom serviço ou produto. Se uma empresa privada não apresentar um bom trabalho certamente será desaprovada pelo mercado, percebendo isso, um empresário só tem duas opções: mudar seus métodos ou aceitar a falência.

Se uma empresa estatal oferece um serviço ruim, quem pagará o preço por isso é a população, que continuará sustentando uma empresa que só gera prejuízo. Empresas como Correios e Anatel só demonstram o quanto o monopólio estatal é péssimo para a sociedade, tanto para as empresas quanto para os consumidores. O empresário é prejudicado por ser simplesmente proibido de ingressar no ramo, e o consumidor é lesado por ficar preso a um serviço ruim por conta da falta de concorrência.

A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) é a empresa responsável por regular o sistema de telefonia no Brasil. Essa regulamentação exercida pela Anatel desestimula muitas empresas que pretendem entrar no ramo da internet, por exemplo.

Segundo uma pesquisa realizada em 2018 pela cable.co.uk, o Brasil está na posição 133º entre 200 países, no ranking das internets mais rápidas do mundo. Curiosamente, os países que apresentam melhores índices apresentam também menor regulamentação quanto a isso. Esse exemplo serve para mostrar como a competitividade é boa para as pessoas num todo, quanto mais empresas concorrendo, melhor para o consumidor.

Um ótimo exemplo de positividade da iniciativa privada é a criação do Uber, um aplicativo que revolucionou a forma com que as pessoas se transportam. Antes só existia o caro e monopolizado serviço dos táxis, um meio que já estava ultrapassado e sempre foi muito complexo de se ingressar (o motorista precisava se submeter a diversas burocracias para poder exercer seu trabalho).

Não é de hoje que a situação política e social do Brasil não agrada a população, que se vê cada vez mais descontente com a enorme quantidade de impostos (sem bons resultados) e com a baixa liberdade econômica (em 2018 ocupava a 153º posição no ranking, atrás de países como Serra Leoa, Vietnã e Etiópia).

O governo vem fazendo um péssimo trabalho e independente de quem esteja no poder, seja o corrupto ou não, a situação não melhora.

O senso comum e grande parte da mídia popular explica que tudo é culpa da “roubalheira dos políticos de Brasília”, mas a raiz do problema, infelizmente, está muito longe de ser apenas isso. Os poderosos sabem bem onde está localizado o erro, mas para eles é muito mais viável que os cidadãos tenham um pensamento raso, pois assim podem continuar aproveitando a boa vida às custas dos equívocos que estão presentes até mesmo na base da Constituição Brasileira.

**Quanto custa um deputado?**

Conforme diz o site oficial da Câmara dos Deputados, um parlamentar recebe por mês um salário de aproximadamente 34 mil reais. Como se não fosse suficiente todo esse valor, ainda recebem inúmeros benefícios que custam uma fortuna aos cofres públicos.

A Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap) existe basicamente para permitir que um parlamentar faça seu dever. A cota varia de acordo com o estado em que o eleito atua, em Roraima, por exemplo, o valor é de R$45.612,53 mensais garantidos a cada um dos parlamentares para que possam pagar suas viagens, diárias nos hotéis, telefone alimentação, entre outros.

Essa Cota é extremamente problemática e é inadmissível um valor tão alto, principalmente tendo em vista a brecha que isso proporciona para que o dinheiro não seja usado da forma

correta ou da forma mais justa. Pois quando se entrega todo esse valor a alguém de índole desconhecida é quase o mesmo que permitir uma infração.

O salário mínimo no Brasil é de 998 reais, o cidadão que recebe isso tem que se sustentar durante todo o mês, já o parlamentar, além do salário que já recebe para se sustentar ainda tem mais de 40 mil reais extras, praticamente significa que eles devem sempre receber o melhor serviço (hotéis 5 estrelas, a melhor comida, a melhor internet, etc)

Há também a verba destinada à contratação de pessoal, ela garante mais de surpreendentes 100 mil reais a cada parlamentar mensalmente. A verba serve para a contratação de até 25 funcionários para atuarem no gabinete do contratante. É utilizando-se disso que muitos políticos cometem seus atos de corrupção, “contratando” funcionários inexistentes ou membros da própria família. A polícia federal faz muito esforços para impedir esse tipo de prática, mas são frequentes os casos noticiados.

Outro benefício garantido aos parlamentares é a verba (pública) liberada para que eles possam pagar suas campanhas. Chega a ser inacreditável o quão injusto é a população ser a responsável por arcar com os gastos da campanha de um candidato que pode, por exemplo, nem ter a intenção de realmente se eleger.

Em Sergipe houve o caso de um candidato a deputado federal que, quando questionado sobre como utilizou da sua verba, alegou ter gastado todo o dinheiro bebendo e bancando cerveja para outras pessoas. Afirmou ainda que deveria ter recebido mais dinheiro do partido, já que com aquela verba ele não poderia se eleger nem para vereador, quanto menos a deputado federal.

Auxílio moradia (para parlamentares que não moram em Brasília), Ajuda de custo, Cota gráfica, entre outros, são mais alguns exemplos de direitos garantidos aos políticos.

Somando esses privilégios com os salários e multiplicando pelo número de integrantes da Câmara (513), são gastos então, por mês, 91,8 milhões de reais todos os meses ou R$1,1 bilhão por ano, apenas com os deputados.

**Ilegalidade e Imoralidade não são a mesma coisa**

Aproveitar-se de todas essas regalias é um direito garantido aos parlamentares, isso significa que ele pode sim gastar cada centavo do que lhe é garantido todos os meses, isso não o torna um corrupto de forma alguma. Mas aproveitar-se de todo esse dinheiro é moral?

É importante compreender que nem todos os problemas econômicos do país são provindos da ilegalidade, uma grande parte vem da imoralidade. Um dos maiores problemas do Brasil, certamente, é a moral.

Colocar a culpa de todos os problemas econômicos na corrupção é o mesmo que dizer que os políticos não estão envolvidos em atos ilegais estão agindo de forma totalmente correta, o que é um grande erro. O Brasil precisa urgentemente de reformas para que esse tipo de imoralidade não continue sendo aceito por conta da proteção da lei.

**Dinheiro mal gasto e movimentos suspeitos**

Os portadores do dinheiro público, por vezes, o utilizam de forma ruim que é difícil acreditar que se trata apenas de incompetência e não de má fé.

Em 2018, o governo fez instalações em algumas estações de metrô de um sistema que permite a reprodução de músicas como som ambiente (jazz, bossa nova, samba, e outros estilos). O intuito era diminuir o stress dos passageiros com essas músicas calmas e instrumentais.

À primeira vista, o projeto parece inocente e até válido para algumas pessoas. Nada de surpreendente. Porém, acontece que isso não saiu barato para os cofres públicos, mais precisamente, custou 39 mil reais mensais. O dinheiro era pago a uma ONG, a Icult (Instituto de Cidadania e Educação). O alto valor, por si só, já surpreende, mas a situação ainda piora mais.

É de se imaginar que talvez a ONG tenha arcado com os custos da instalação dos alto-falantes, porém não. Eles utilizavam do sistema já instalado pelo governo. Também não eram os responsáveis pela manutenção desses equipamentos, já que o próprio governo bancava isso. O dinheiro também não era por conta dos direitos autorais, pois menos de 30% das músicas possuíam esses direitos (nada que justificasse todo esse dinheiro). Ou seja, a única outra razão existente para que o governo estivesse pegando essa ONG, seria por eles serem os responsáveis por organizar a playlist que seria reproduzida. Mas uma simples playlist realmente vale R$39.000 mensais? Não, principalmente em uma país com tanta miséria.

Somente em um país muito mal administrado para se gastar quase 40 mil reais por mês com playlists que nem mesmo foram pedidas pela população.

O economista Milton Friedman, que lecionou por mais de 3 décadas na Universidade de Chicago, afirmava que existem quatro formas de se utilizar o dinheiro. A 1ª delas é gastando seu dinheiro consigo mesmo, nesse caso a pessoa se preocupará com o valor e com a

qualidade do produto. A 2ª forma é gastar o seu dinheiro com os outros, assim, haverá uma preocupação com a economia, mas não tanto com a qualidade. A 3ª é gastar o dinheiro dos outros consigo, nessa ocasião a economia vai importar muito menos, mas a qualidade vai ser valorizada. A 4ª e última forma é utilizar o dinheiro dos outros com os outros, nesse caso nem a economia de dinheiro e nem a qualidade do produto vai ser importante, pois sendo bom ou não e caro ou não, o único afetado será a outra pessoa.

É nesse contexto que o Estado está inserido. Se pagam por um serviço bom ou ruim, é indiferente. Afinal, estão gastando o dinheiro dos outros com os outros.

Chega a ser um insulto do governo tratar a população com tamanho descaso. Grande parte dos cidadãos trabalham pelo menos 12 horas por dia para receber um salário baixíssimo, e não é justo que essas mesmas pessoas contribuam tanto com tributos para receber em troca absurdos como a música do metrô.

**Reformas em meio a manipulação e falta de conhecimento**

A ignorância do povo serve como uma benção, ignorância essa que é obtida muitas vezes não por falta de informação e sim por excesso de desinformação, um processo que precisa ser compreendido.

No livro Desinformação, escrito pelo ex-chefe de espionagem Ion Mihai Pacepa, são descritas técnicas utilizadas por espiões para promover o terrorismo, atacar a religião, entre outras façanhas inacreditáveis. No livro fica claro como grandes oradores tem facilidade para

Convencer qualquer pessoa do que quiserem graças às suas altas habilidades de persuasão, sendo capazes de fazer até mesmo o mais devoto de uma religião duvidar de sua crença.

No contexto do Brasil atual, a manipulação de massas já é uma das principais ferramentas utilizadas para desinformar a população.

Há uma espécie de “fórmula” utilizada para convencer as pessoas de algo irreal, onde o locutor se baseia em uma “meia-verdade” para dar validez a muitas outras mentiras que ainda estão por vir em seu discurso.

Como consequência, essas mentiras contadas muitas vezes acabam se tornando verdades, já que as pessoas tendem a passar adiante as informações mesmo sem ter a certeza do que está sendo dito.

Um exemplo de desinformação presente na sociedade brasileira atualmente, tem relação com as Reformas à Previdência. Veículos de informação e até mesmo “especialistas”

garantem que não há um rombo, existem também os que dizem que há sim um déficit, mas o valor é muito menor. A verdade é que a má formulação do sistema previdenciário é a principal razão para uma possível quebra financeira e econômica no país.

O sistema previdenciário atual funciona como uma pirâmide. A contribuição da classe trabalhadora é utilizada para sustentar a aposentadoria dos mais velhos. O problema é que a pirâmide está se invertendo e o número de pessoas nascidas vem diminuindo drasticamente ao longo dos anos, e a expectativa de vida só vem aumentando. Isso significa que, cada vez mais, não há trabalhadores suficientes para sustentar os aposentados.

O déficit gerado por isso é imenso e a situação chegou a um ponto insustentável. Mesmo se fosse possível realizar todas as sugestões mais comuns ditas pelo o povo como o fim da corrupção e taxação de grandes fortunas (mesmo que fosse confiscado 100% das empresas) ainda assim não haveria dinheiro para pagar nem 10 anos de previdência.

Segundo Wellton Máximo, repórter da Agência Brasil Brasília, o rombo alcançou o número de R$290 bilhões em 2018, e em 2019 pode chegar a R$309 bilhões, de acordo com a previsão do governo. Esses valores são gritantes e negar a existência deles é uma grande irresponsabilidade e um desserviço para o Brasil.

Somando todos os gastos provindos da corrupção, com educação, saúde, segurança e transporte, não chega perto do valor do rombo da previdência. Ou seja, não existe nenhuma outra solução a não ser reformar esse sistema falho que beneficia principalmente os mais ricos, ignorar isso é o mesmo que estar de acordo com o fracasso brasileiro. A mais importante proposta do atual governo é a Reforma, (essa pauta é muito mais urgente do que a posse e porte de armas, por exemplo) mas por ser um assunto complexo e desinteressante a grande parte dos cidadãos.

É comum ouvir das pessoas que no sistema da previdência atual, o trabalhador paga o INSS para que esse dinheiro seja guardado em uma espécie de poupança e resgatado durante a aposentadoria. Porém não é bem assim.

O sistema previdenciário atual funciona como uma pirâmide, onde a base é composta pela classe dos trabalhadores ativos e o topo composto pelos aposentados. Os trabalhadores fazem sua contribuição para assim sustentar a aposentadoria dos mais velhos. Esse ciclo vai se repetindo e, aqueles que um dia pagaram a aposentadoria dos outros, um dia terão a aposentadoria garantida pelos outros.

O problema desse sistema de solidariedade é que hoje em dia as coisas já não são como no passado. O mundo mudou, e agora a expectativa de vida é muito maior e a taxa de natalidade é muito menor (em alguns lugares do mundo a tendência é que o crescimento da

população seja nulo ou até mesmo negativo). Isso faz com que a pirâmide já não tenha mais esse formato, em alguns países ela já adquiri uma forma semelhante a uma pirâmide invertida. E é por isso que o sistema precisa mudar.

Tendo uma classe trabalhadora cada vez menor e uma classe de aposentados cada vez maior e vivendo mais, não há como se pagar a aposentadoria de ninguém. O cidadão pode continuar trabalhando, continuar contribuindo, mas não terá como receber o dinheiro que é seu por direito.

Se a previdência é um direito, por que ela não pode ser recusada? Todo trabalhador tem a obrigação de contribuir com a Previdência Social, não importando se isso é boa para ele ou não. Invés de direito, talvez esse sistema se pareça mais com uma obrigação. O Estado pensa ser capaz de administrar o dinheiro melhor que o próprio dono, tratando as pessoas como se elas não soubessem o que fazem e obrigando-as a fazerem o que não querem (e cobrando um valor muito alto por esse serviço).

Implantando um sistema de capitalização, os trabalhadores seriam os responsáveis pela sua própria aposentadoria, como grande parte da população acredita que já é há muito tempo.

O fator que prejudica tanto a popularidade das Reformas é a idade mínima de aposentadoria. Ninguém quer se aposentar mais tarde, todos querem parar de trabalhar para finalmente alcançar o descanso que é tão merecido. Mas com a expectativa de vida cada vez maior, se torna muito difícil para o Estado sustentar tantos aposentados por tantos anos.

É compreensível que as pessoas tenham dificuldade de ter um olhar tão coletivo que seja capaz de entender que o problema é muito maior do que parece, mesmo que ainda nas as tenha afetado.

Os legisladores, que deveriam ser os principais divulgadores disso, pouco se importam simplesmente por ser um tema impopular e que não gera votos, demonstrando sua total despreocupação com o futuro do Brasil e dos brasileiros.

Hoje são feitas diversas manifestações e atos nas ruas contra a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) e a opinião popular é que essa mudança seria algo prejudicial aos cidadãos.

Outro projeto incompreendido e que a maioria das pessoas vê como maléfico, sem conhecê-lo a fundo, é o da PEC 55, a chamada “PEC do Teto”, aprovada pelo ex-presidente Michel Temer em 2016 e com validade a partir de 2018.

Esta emenda é um ponto fundamental quando o assunto se trata de gastos públicos, pois é nítido que o Estado recebe muito, gasta muito, mas o que a população recebe é muito pouco. A situação não pode continuar assim.

A “PEC do Teto” impõe ao governo um limite de gastos durante um período de 20 anos, sendo assim, é necessária a implantação de um projeto para diminuir os gastos de uma forma geral (e não apenas para saúde, educação e segurança, como muito é dito). O objetivo da emenda é forçar o governo a se reorganizar quanto aos gastos, e satisfazer as necessidades que o povo tem.

A medida, à primeira vista, pode parecer extremamente dura, mas é necessária. Sem ela, o país entraria ainda mais em buraco sem fundo. Os gastos públicos já se encontravam em 6% acima da inflação, isso trouxe ao Brasil um grande prejuízo em suas contas, e continuaria a trazer ainda mais caso nenhuma atitude fosse tomada.

O populismo e a manipulação mal-intencionada ajudaram a transformar essa emenda em um grande “vilão”, tornando-a muito impopular.

É comum escutar o discurso de que o objetivo da PEC é privilegiar os ricos utilizando os mais pobres para fazer isso (diminuindo os gastos com escolas, hospitais, entre outros), o que na realidade é um grande mito. Por exemplo, não é confiável oferecer um cheque em branco para um desconhecido utilizar como bem entender, e se não é recomendável fazer isso com um inocente sem antecedentes criminais, é muito menos fazê-lo com um político investigado pelo crime de corrupção.

É nesse cenário que muitos defendiam que o Brasil deveria se encontrar. Governadores com enormes quantias de dinheiro público em mãos para usarem como quiserem e sem limites. Ora, se o senso comum prega que a política é em sua maioria composta por criminosos, por que o mesmo confia o seu dinheiro conquistado com tanto esforço nas mãos dessas mesmas pessoas ruins? A verdade é que não confia, mas os discursos tendenciosos são espalhados de forma estratégica e se propagam muito rapidamente, e o resultado disso são cidadãos servindo como massa de manobra e apoiando aquilo que não acreditam de fato.

Isso não significa que todos que se apropriam de discursos populistas fazem isso de forma maldosa, a grande parte são apenas vítimas de alguém que possui grande poder (esse sim com más intenções), desesperadas com a situação atual do Brasil desejando apenas que o país evolua.

Um dos “benefícios” oferecidos pelo Estado que merece uma revisão é o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

O Fundo de Garantia impõe a um empregado a necessidade de que ele destine uma parte do seu salário ao governo, para que em uma situação de urgência (uma demissão injusta, por exemplo) o dinheiro possa ser resgatado.

É realmente importante ter uma verba extra para urgência, mas não são todos que pensam dessa forma, porém, a opinião alheia pouco importa para o governo. Se o trabalhador quer sacar um dinheiro que é seu, pouco importa. Sendo assim, significa que o dinheiro nem pertence 100% ao trabalhador e o FGTS também não é um direito. Mais uma vez o Estado demonstrando sua falsa generosidade e tratando os cidadãos como crianças incapazes de fazer escolhas próprias.

Além de tudo, o Fundo de Garantia tem um rendimento muito pequeno, um rendimento tão baixo que chega a ser menor até mesmo do que a inflação. Isso significa que esse dinheiro sequer está rendendo e que seria muito melhor poder ter esse dinheiro em mãos quando fosse conveniente, e não só quando o Estado julga ser conveniente.

**A extinção do debate**

Seria muito vantajoso se as pessoas pudessem escutar as outras versões daquilo que defendem, assim, ninguém defenderia aquilo que é errado ou que não acredita realmente. O problema é que a situação brasileira está muito distante disso.

O diálogo é a principal ferramenta para se resolver as diferenças, não é possível se alcançar a perfeição (ou algo próximo a isso) sem uma divergência de ideias. Brigar, ofender o próximo ou simplesmente se abster da opinião oposta não leva a humanidade, num todo, a lugar algum.

Mesmo com eventos desastrosos de exemplo, como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (onde atitudes conscientes e a calma ficaram de lado e deram lugar à irresponsabilidade e ao iminente conflito), muitas pessoas parecem não ter aprendido muito (obviamente em escalas menores), pois continuam pregando a separação, seja em questões políticas ou até mesmo sociais.

Infelizmente, combater a falta de diálogo é uma tarefa muito mais complicada do que parece, já que não é algo simplesmente natural, e sim, em grande parte, uma obra de quem tem muito a ganhar com tudo isso. Isso se deve pois é mais viável para alguém que está agindo de forma incorreta, que as demais pessoas não questionem e não comentem sobre o assunto, do que exponham toda a situação para assim concluir seus pensamentos em relação ao tema de forma clara.

**A contribuição da Reforma Tributária para o desenvolvimento do país**

A Reforma Tributária já tema de debates há muito tempo. E em um país que exige tantos tributos como o Brasil, é de se imaginar que o descontentamento da população seja enorme, o que de fato é.

As opiniões se divergem principalmente entre os mais liberais e os que defendem um Estado maior. O que os menos liberais dizem, é que se as coisas já não têm um bom funcionamento hoje (com verbas que não chegam onde deveriam), com uma arrecadação menor terão um desempenho ainda pior. O que não é realmente uma verdade, se for feita uma análise mais profunda.

Existem 63 tributos no Brasil, totalizando uma carga tributária de 35% do PIB. A Dinamarca, por exemplo, tem uma carga tributária de 45%, mas com apenas 14 taxas, isso significa que é sim possível diminuir a quantidade de impostos sem diminuir a arrecadação.

O Brasil exige muitos impostos de sua população, impossibilitando-a de evoluir (tanto pela quantidade de burocracias, quanto pela falta de dinheiro).

Cobrar ainda mais tributos com certeza não é a solução, já que o Brasil é especialista nisso, sendo um dos países que mais exige impostos no mundo e isso não o torna um dos um dos mais desenvolvidos.

O problema do Brasil não é a falta de dinheiro, e sim a forma com que ele é utilizado.

Mesmo em um país com tantas pessoas e com tantos tributos, o governo ainda foi capaz de colocar o Brasil em uma posição em que realmente falta de dinheiro. Os sistemas são tão falhos que as contas não batem (a Previdência Social, como já explicada, é o maior exemplo), e cobrar mais impostos da população não vai resolver. O correto a se fazer é cortar o mal pela raiz, e isso só pode ser feito através de reformas.

Existe a sugestão de que se taxe as grandes fortunas (ou seja, mais impostos outra vez), para que assim seja possível, finalmente, resolver os problemas que assombram o país. Acontece que fazer isso pode parecer uma resposta fácil e até a solução ideal de início, mas a longo prazo essa medida pode acarretar em um problema muito grande e quase impossível de ser solucionado.

O ponto positivo disso seria a arrecadação de mais dinheiro para os gastos do país e uma menor desigualdade. Mas as coisas não funcionam tão facilmente. As fortunas são pertencentes a alguém e as pessoas não aceitariam isso tão facilmente.

Taxar grandes fortunas é uma afronta aos empresários, é o mesmo que afastá-los do país. Grande parte dos empreendedores, certamente, abandonariam o país se essa medida fosse estabelecida, e isso seria mais um ponto negativo para o Brasil.

Essa relação conturbada entre empresários e governo já existe há muito tempo. Isso é fomentado principalmente pela ideia de que os empresários só pensam em si mesmo. É fato que grande parte dos empreendedores só visam o próprio lucro, mas diferente do que diz a opinião popular, e desde que os direitos de outras pessoas não estejam sendo feridos, isso não é realmente ruim, é totalmente válido o desejo de ascender financeiramente.

O desemprego do país já atinge níveis altíssimos, afastar grandes empresas do território brasileiro só aumentaria mais o desemprego. Além de fazer com que haja menos dinheiro em circulação, prejudicando assim, não só os cidadãos como também os próprios empresários. Essa distância entre a população e o empreendedorismo só faz com que todos saiam perdendo.

Diminuir o ICMS também é uma proposta muito válida para o país. Isso diminuiria os impostos, simplificaria a taxação, e seria vantajoso para os cidadãos.

É fato que isso diminuiria a arrecadação do Estado, mas em contrapartida, influenciaria muito o empreendedorismo (que tem um papel muito relevante na economia de um país) e auxiliaria as empresas a produzir mais (invés de impor alíquotas que tornam mais viável a uma empresa ter um lucro menor).